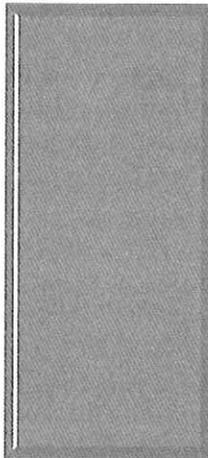


(*) João José de Oliveira Negrão

A questão do partido em Gramsci

(*) Coordenador do Curso de Jornalismo da Uniso, doutorando em Ciências Sociais e pesquisador do NEAMP (Núcleo de Estudos de Arte, Mídia e Política) na PUC-SP.



RESUMO

Neste artigo, tendo por suporte teórico o pensamento de Antonio Gramsci, busca-se discutir o papel social do partido político moderno. Polemizando com a visão mais tradicional da ciência política sobre o tema, o artigo contextualiza a gênese e a evolução do partido moderno no quadro das relações sociais e do movimento das classes no quadro da modernidade.

ABSTRACT

This article, theoretically based on Antonio Gramsci's thoughts, tries to discuss the social role of modern political parties. Polemizing against the most traditional vision of political science about the subject, this article infers the genesis and evolution of the modern parties in the field of social relations and class struggle in the field of modernity.

Introdução

O partido político representa um dos eixos fundamentais no pensamento do marxista italiano Antonio Gramsci (1891-1937). Para ele, o partido revolucionário, o “moderno Príncipe” — expressão que toma emprestado de Maquiavel — tem o papel histórico de articular a construção de uma nova hegemonia, na qual os setores subalternizados sejam capazes de dirigir a sociedade e o Estado no sentido da superação do capitalismo. São algumas das questões do partido que esse trabalho busca apresentar. Para isso, na primeira parte, será apresentada a polêmica teórica que divide diferentes autores a respeito da história da formação dos partidos políticos modernos. Na segunda, a posição de Gramsci a respeito da centralidade do partido enquanto moderno príncipe e intelectual coletivo.

História e definição de partido político

A sociologia tem trabalhado com a idéia de que o partido político moderno nasce a partir de comitês eleitorais e grupos parlamentares, relacionando-o à existência de parlamentos. Duverger, por exemplo, afirma que “os partidos políticos nasceram e se desenvolveram ao mesmo tempo que os processos eleitorais e parlamentares” (DUVERGER: 1968, 357). No mesmo sentido, Schwartzberg afirma que o partido moderno data do século XIX, tendo surgido na Inglaterra com o Reform Act de 1832 e a organização, pelos liberais, de sociedades para inscrição dos eleitores, enquanto que na França e outros países do continente europeu ele estaria vinculado à transformação de grupos parlamentares e clubes políticos em organizações de massa, tendo por referência a revolução de 1848 (SCHWARTZENBERG: 1979, p. 489 ss.)

A ação dos partidos, segundo Weber, “va siempre dirigida a un fin metodicamente establecido, tanto si se trata de un fin ‘objetivo’ — realización de un programa com propósitos ideales o materiales — como de un fin ‘personal’ — prebendas, poder y, como consecuencia de ello, honor para sus jefes y secuazes o todo esto a la vez”. Ainda de acordo com Weber,

sólo pueden existir partidos dentro de comunidades de algún modo socializadas, es decir, de comunidades que poseen un ordenamiento racional y un ‘aparato’ personal dispuesto a realizarlo. Pues la finalidad de los partidos consiste precisamente en influir sobre tal ‘aparato’ y,

allí donde sea posible, en componerlo de partidarios. [...] En el sentido general a que aquí nos atenemos, no son productos de formas de dominación específicamente modernas. Consideramos también desde el mismo punto de vista a los partidos antiguos y medievales, a pesar de que su estructura difiere considerablemente de la que presentan los modernos (WEBER: 1992, p. 693-694).

Em linha semelhante, Schumpeter, citado por Cerroni, vai definir o partido político como “um grupo cujos membros se propõem a agir de comum acordo na luta de concorrência pelo poder político” (CERRONI: 1982, p. 12), enquanto LaPalombara e Weiner, citados por Schwartzberg (op. cit.), vão dar ao partido político uma definição baseada na reunião de quatro critérios: 1. Uma organização durável, cuja esperança de vida política seja superior à de seus dirigentes do momento; 2. Uma organização local bem estabelecida que mantenha relações regulares com o escalão nacional; 3. Vontade deliberada dos dirigentes locais e nacionais de conquistar e exercer o poder, só ou com outros e não simplesmente exercer influência sobre o poder; e 4. Buscar apoio popular por intermédio de eleições ou por qualquer outra forma.

Contra essa visão mais tradicional da ciência política, marcada por uma matriz derivada do positivismo, o pensador italiano Umberto Cerroni vai propor um tipo de análise mais complexa do fenômeno partidário. Para ele, não se pode reduzir a noção de partido à idéia genérica de ‘parte política’, o que implica perder o valor característico e diferencial do partido político moderno. Cerroni preocupa-se em destacar aquilo que o partido político moderno tem de *diferente* das demais formações políticas que surgiram ao longo da história dos homens. Essa característica diferencial — que não existe em nenhum agrupamento político pré-moderno — é o conjunto formado pela máquina organizativa e um programa político estruturado ao desenrolar histórico da luta de classes e dos modos de produção.

Para entender o fenômeno, Cerroni propõe que se tome por referência o partido socialista, por entendê-lo, independente de qualquer valoração, o protótipo histórico-teórico capaz de explicar o nascimento do partido político moderno e do moderno sistema de partidos. Segundo ele, “na realidade, o partido político moderno não nasce apenas lá onde nascem os parlamentos, mas nasce também onde os parlamentos não existem, nasce antes dos parlamentos e talvez para propor ou reivindicar o nascimento

dos parlamentos”. E acrescenta: “para compreender esse fenômeno, devemos nos perguntar quais são os partidos políticos estruturados no plano organizativo e programático que inicialmente nascem lá também onde não existem os parlamentos. A resposta parece ser cientificamente indiscutível: o partido de que se trata é o partido socialista” (CERRONI: 1982, p. 13).

Mas o partido socialista não “nasce” para simplesmente fazer propaganda dos ideais do socialismo, nem como grupo parlamentar. Ele está vinculado à evolução histórica das lutas do movimento operário, é consequência desta evolução e, portanto, mais do que um difusor de idéias socialistas, ao contrário da definição menos complexa com a qual trabalham os autores acima mencionados.

Cerroni define essa parte histórica como composta por três fases: a primeira, que ele vai chamar de *fase pré-política*, é aquela em que elementos do proletariado moderno reconhecem a necessidade de se unir para a defesa em relação à sociedade moderna. É um momento no qual nascem as caixas de auxílio mútuo, caixas de assistência, sindicatos e outras organizações de resistência, ainda limitados a uma ação corporativa, não política, de defesa dos interesses imediatos e econômicos. Ainda assim, Cerroni vai identificar já nessa fase uma tendência que não encontra paralelo no mundo burguês: a busca de uma organização para a defesa dos próprios interesses, que não existe fora do proletariado, já que “o Estado liberal burguês clássico é um Estado anti-associacionístico, considera a associação como uma corporação desagregadora da unidade nacional”.

Ele lembra que a típica revolução da burguesia moderna, a francesa, sancionou a Lei Chapelier, de 1791, que suprimia toda forma de associação política. Assim típica da burguesia moderna é a idéia de que a sociedade política nasce e vive apenas para garantir o livre dinamismo das esferas privadas; típica do proletariado moderno, ao contrário, parece ser a instância aposta: a instância da liberdade mediante a associação. Na ausência de organização, digamos assim, o burguês ou proprietário encontra a expansão da sua liberdade, o proletário encontra uma trava à sua liberdade [...]. A livre-concorrência é seu [do burguês] princípio, não a associação, enquanto o proletariado tende desde o seu nascimento a configurar a sua liberdade na moldura da organização, da solidariedade mútua e da reciprocidade da coligação (CERRONI, Op. Cit. p. 15-16).

A segunda o autor vai chamar de *fase política intra-uterina*, na qual o nível de agregação supera os interesses simplesmente econômicos e começa a avançar sobre o horizonte político geral. Mas ainda é um momento em

que o proletariado se apresenta politicamente de forma subalterna ao estado, sem propor sua derrubada. Nessa fase, “o partido da nova classe antagonica ainda é apenas a expressão exclusiva da classe, ainda não se tornou o real antagonista do Estado na direção do conjunto da sociedade; é capaz de dirigir os membros da classe, mas ainda não é capaz de se tornar um “fundador de Estados”.

Isto virá a ocorrer na terceira fase, a da *política extra-uterina*, na qual os trabalhadores exprimem sua capacidade de direção hegemônica em relação ao conjunto da sociedade.

Aqui — deve-se dizer — a relação entre o partido político e a classe existe, e não existe.

Existe no sentido de que o partido político proletário desenvolve-se sob o impulso de instâncias típicas da classe operária: não existe no sentido de que a determinação geral da perspectiva do partido político não é mais aquela superficial, indicada à primeira vista pelos interesses presentes e imediatos da classe operária, mas sim a que combina com estes interesses os interesses de caráter geral que ligam-na com os outros estratos da sociedade e com os interesses do desenvolvimento futuro da organização social e política. Neste sentido, o partido ‘é em embrião uma estrutura estatal (Gramsci)’ (CERRONI, Op. Cit. p. 17)

E o partido socialista assim desenvolvido, com máquina organizativa e programa político, estrutura muito mais complexa que o baixo nível de organicidade existente nos agrupamentos políticos até então, vai influenciar todos os outros partidos, que tenderão a assumir um nível de organização mais complexo, menos fluido.

O intelectual coletivo

A concepção de partido político que serve de base ao pensamento de Cerroni é aquela apresentada por Gramsci, especialmente nas partes dos *Cadernos do cárcere* que foram reunidas em *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Nessa obra, sobretudo na primeira parte, Gramsci traz a lume a idéia de que o partido político é o organismo da sociedade civil moderna responsável por desempenhar as funções que, em Maquiavel, caberiam ao príncipe: tomar, fundar ou refundar o Estado.

Se em Maquiavel esta tarefa cabia a um indivíduo excepcional — lembremos que ele encerra *O príncipe* com um capítulo, o XXVI, com uma

“exortação ao príncipe para livrar a Itália das mãos dos bárbaros”¹ — Gramsci vai considerar que, na sociedade moderna, o moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes da vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (GRAMSCI: 1988, p. 6).

Para capacitar-se a ser este agente da vontade coletiva, o partido revolucionário terá por tarefa básica contribuir para superar, entre os trabalhadores, uma consciência social de caráter meramente sindicalista, auxiliando-os a elevá-la a um nível de totalidade mais complexa. Nas categorias de Gramsci, então, o partido será chave para superar os “momentos egoístico-passionais” (corporativos/economicistas), fazendo a passagem para o “momento ético-político” (quando a classe se universaliza e se capacita à hegemonia).

Segundo Carlos Nelson Coutinho, nessa formulação das funções do partido residiria um ponto de continuidade entre Gramsci e Lênin, pois em *Que fazer* o revolucionário russo apresenta formulações análogas.

No entanto, há uma diferença fundamental: o modelo de Lênin — elaborado para situações de clandestinidade e países onde, segundo o autor italiano, “o Estado é tudo e a sociedade civil é incipiente e gelatinosa” (GRAMSCI: 1988, p. 75); sociedades ‘orientais’ nas quais a estratégia revolucionária seria a ‘guerra de movimento’, para o assalto imediato do poder de Estado — pressupõe um partido de revolucionários profissionais, de quadros. Esse modelo, depois cristalizado por Stálin como tendo validade universal, acabou sendo adotado como o único possível pela Internacional Comunista.

Gramsci, ao contrário, desenvolve toda sua concepção pensando num partido de massas, que afaste-se do espontaneísmo — ou seja, um partido que desenvolva uma luta persistente e cotidiana para possibilitar aos movimentos espontâneos uma superação dos elementos de corporativismo e o desenvolvimento de concepções mais homogêneas e universalizantes —, mas que jamais ignore os sentimentos espontâneos da massa. Nas Teses de Lyon, ele e Togliatti insistem em que “não é necessário acreditar

¹ N. Maquiavel, *O príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Coleção Os Pensadores).

que o partido possa liderar a classe operária por meio da imposição externa da autoridade [...] tanto em relação ao período que precede a conquista do poder como com relação ao período que se segue”². Coutinho vai entender que, em Gramsci, é justamente “essa unidade da ‘espontaneidade’ com a ‘direção consciente’ (ou seja, com a disciplina)” é precisamente a ação política real das classes subalternas, enquanto política de massa e não simples aventura de grupos que dizem representar as massas” (COUTINHO, 1989, p. 106).

Gramsci ligava essa concepção de partido ao que chamava de ‘sociedades ocidentais’, aquelas onde há “entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas” (GRAMSCI: 1988, p. 75). Neste caso, a estratégia a ser desenvolvida é a “guerra de posição”, luta pela conquista da hegemonia, do consenso e da direção político-ideológica mesmo antes da tomada do poder.

Na ‘guerra de posição’, a batalha cultural desempenha um papel fundamental naquilo que Gramsci vai chamar de reforma intelectual e moral. Coutinho afirma que, para Gramsci, sem uma nova cultura, as classes subalternas continuarão sofrendo passivamente a hegemonia das velhas classes dominantes e não poderão se elevar à condição de classes dirigentes [...] lutando pela difusão de massa de uma nova cultura — ou seja, de uma cultura que recolha e sintetize os momentos mais elevados da cultura do passado [...] o ‘moderno Príncipe’ estará criando as condições para a hegemonia das classes subalternas” (COUTINHO: 1989, p. 107)

A idéia da importância da batalha cultural explica o papel destacado que, na concepção de Gramsci, desempenham os intelectuais. É importante, porém — para fugir do idealismo que esta afirmação assim colocada possa pressupor —, esclarecer o que Gramsci entende por intelectual. Ele afirma que todos os homens são intelectuais, porque não existe atividade humana que seja puramente mecânica: em todas elas — e também fora do exercício de sua profissão — o homem desenvolve algum tipo de atividade intelectual e participa de uma concepção de mundo. Assim, ele afirma, “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMS-

² Apud Monty Johnstone. Partido. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento marxista. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CI: 1978, p. 7). De maneira análoga, Gramsci afirmará na *Concepção dialéctica da História* que todos os homens são filósofos, ainda que inconscientemente, daquela filosofia que está contida na linguagem, no senso comum e no bom senso e na religião popular, que envolvem uma determinada concepção de mundo.

Entre os que desempenham as funções de intelectuais, para o autor, há dois tipos: o intelectual tradicional, aquele que tendo no passado vinculações estreitas com determinada classe ou fração de classe, com o desaparecimento desta se transforma numa camada social relativamente autónoma e independente. Exemplo disso é o clero em relação à nobreza feudal. Há também o intelectual orgânico, que surge em estreita vinculação com a emergência de uma classe social e tem por função dar homogeneidade e consciência a essa classe.

Além disso, Gramsci entende que todos os membros do partido são intelectuais, embora exista entre eles distinção de graus. O que conta é a função que exercem, de direção e de organização, pois no partido político os filiados superam os seus interesses imediatos (corporativos ou egoístico-passionais) e tornam-se agentes de atividades gerais de caráter nacional e internacional (essencialmente políticas), já que “um comerciante não passa a fazer parte de um partido político para poder comerciar, nem um industrial para produzir mais e com custos reduzidos, nem um camponês para aprender novos métodos de cultivar a terra” (GRAMSCI: 1978, p. 15)

Mas se o partido desempenhar esta função de “intelectual coletivo” (termo cunhado por Palmiro Togliatti), é possível depreender em Gramsci também uma leitura inversa: os intelectuais exercendo as funções de partido, ou seja, dando forma homogênea à consciência da classe à qual estão organicamente ligados. Assim — novamente recuperando aqui uma crítica à ciência política de corte mais positivista, vinculada a uma certa engenharia social e institucional —, Gramsci se pergunta se “será necessária a ação política (no sentido estrito) para que se possa falar de ‘partido político?’”. E responde:

Observa-se que no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais se dividiram, por necessidade de luta ou por qualquer outra razão, em frações que assumiram o nome de ‘partido’ e, inclusive, de partido independente. Por isso, muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma das frações, mas opera como se fosse uma força dirigente

superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Essa função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas), são também eles 'partidos', 'frações de partido' ou 'funções de um determinado partido. (GRAMSCI: 1988: p. 23).

Conclusão

O papel fundamental que desempenha o partido político na sociedade moderna e contemporânea parece inquestionável. É evidente que outros níveis de organização de interesses e mesmo de ação política — sindicatos, ONG's, movimentos de bairro e profissionais, grupos ecológicos etc. — não podem ser desprezados na análise.

No entanto, ao contrário do que supõem visões pós-modernas de um lado (fragmentação, negação do conceito de totalidade enquanto categoria analítica e, em certas correntes, da própria possibilidade da razão), e do conservadorismo neoliberal de outro (fim da história, fim da política, fim da ideologia, individualismo exacerbado), o partido político exposto pela análise gramsciana é o protagonista central da luta política, aquele que, na batalha pela construção da hegemonia, é capaz de articular uma rede de instituições no sentido da proposição e materialização de uma determinada concepção de mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
_____. **Política**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
2. COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
3. DUVERGER, Maurice. **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
4. GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
5. _____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

-
6. _____. **Concepção dialética da história**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
 7. MORAES, Dênis de. O partido e a expressão da vontade coletiva. www.artnet.com.br/gramsci/arquiv80.htm
 8. SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **Sociologia política**. São Paulo: Difel, 1979.
 9. WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

